



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP**1. OBJETO**

1.1. Aquisição de PANO DE LIMPEZA MULTIUSO, conforme especificações, quantidades e exigências contidas neste instrumento.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	Pano de limpeza multiuso (tipo perfix), dimensões mínimas de 30x50 cm, em pacote com 5 unidades.	Pacote	10.638

3. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO**3.1. JUSTIFICATIVA (MOTIVAÇÃO/NECESSIDADE)**

3.1.1. O material mostra-se necessário como complemento dos EPIs a serem encaminhados pelo Tribunal Superior Eleitoral, para uso nas próximas eleições, para uso conjunto com o álcool 70%, como forma de prevenir e mitigar o contágio pelo COVID-19.

O material será utilizado para *"higienização das superfícies (incluindo mesas e cadeiras) e dos objetos (incluindo canetas) na seção eleitoral"* com álcool 70%.

3.1.2. Segundo critérios definidos nos Estudos Técnicos Preliminares (0425276), estimamos a aquisição de um pacote com 5 unidades por seção eleitoral, mais 100% para o segundo turno, nos municípios onde houver, mais reserva de 3%.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**4.1. LOCAL DE ENTREGA.**

4.1.1. O local de entrega será na Seção de Almoxarifado e Patrimônio deste Tribunal, localizado no seu edifício-sede, no horário das 13h às 18h, de segunda à sexta-feira, sem que isso implique em acréscimo no preço constante da Ata da Sessão Pública.

4.2. PRAZO DE ENTREGA

4.2.1. Os materiais deverão ser entregues em no máximo 20 (vinte) dias, contados do recebimento da nota de empenho ou da assinatura do contrato.

4.3. RECEBIMENTO DO OBJETO

4.3.1. Os bens serão recebidos, provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3.2. Após a entrega, o produto será conferido pelo setor competente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, que atestará a sua regularidade após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

4.3.3. Constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir o item em desacordo no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo máximo de entrega, estabelecido no item 4.2.1., ou a partir da data do recebimento, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem seja mais favorável.

4.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.4.1. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita.

4.4.2. Aplicar à contratada, observando-se o devido processo legal, e respeitando-se os direitos do contraditório e da ampla defesa, as sanções administrativas cabíveis.

4.4.3. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas no respectivo Contrato.

4.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.5.1. Receber a nota de empenho, ou assinar o instrumento contratual, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

4.5.2. Retirar, no ato da substituição do objeto que esteja em desacordo com as especificações, ou em até 05 (cinco) dias úteis da ocorrência da mesma, mediante documento hábil a ser emitido pelo fornecedor, os materiais que porventura tenham sido substituídos, por estarem em desacordo com as especificações.

4.5.3. Providenciar a retirada de todo material não aceito pelo Tribunal no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados automaticamente a partir da data do término do último prazo para entrega/substituição previsto neste Termo, sob pena de caracterização de abandono, podendo ser, então o(s) bem(ns) incorporado(s) ao patrimônio do TRE-ES.

4.5.4. Entregar o produto com informações corretas, claras, precisas e em língua portuguesa sobre suas características, quantidade, composição e origem, em atendimento ao disposto no Código de Defesa do Consumidor, bem como, atender às Normas pertinentes (ABNT, INMETRO e outras), observando as dimensões e demais especificações solicitadas neste termo.

4.5.5. Entregar, no caso de produto estrangeiro ou produto com tecnologia importada, manual cujas especificações mínimas deverão estar traduzidas em língua portuguesa.

4.5.6. Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento.

4.5.7. Substituir, em até 5 (cinco) dias úteis, o documento fiscal que relacione itens não aceitos, por estarem em desconformidade com o Edital, por outro que contenha apenas os aprovados.

4.5.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia contratual, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

5. MODELO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. SANÇÕES APLICÁVEIS

5.1.1. A recusa na manutenção da proposta ou descumprimento do prazo para assinatura do instrumento contratual / confirmação de recebimento de nota de empenho, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato e no impedimento de contratar com a UNIÃO pelo período de até 5 (cinco) anos;

5.1.2. Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o descumprimento das obrigações nele estipuladas, sujeitará o contratado às sanções estabelecidas na Lei 8.666/93 e, ainda, às seguintes penalidades:

Descumprimento	Percentual de multa diária	Limite de dias	Percentual total de multa	Valor de incidência da multa

a) Atraso excepcional na entrega/substituição	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
b) Inexecução total ou parcial	-----	-----	30%	Objeto inexecutado
c) Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	-----	-----	0,5%	Total do contrato

5.1.3. O atraso na entrega ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação.

5.1.4. Excepcionalmente, após esse prazo, e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o material poderá ser recebido, em uma única ocorrência (na entrega ou na substituição), no prazo suplementar informado na tabela acima, de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se o contratado à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento).

5.1.5. A solicitação de adiamento do prazo de entrega ou de substituição, na forma do item anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la.

5.1.6. A aplicação das multas previstas não exime o contratado de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

5.1.7. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

5.1.8. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF, em conformidade com as disposições do parágrafo segundo do art. 49 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019.

5.1.9. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do contratado, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

5.1.10. A contagem do prazo estabelecido no subitem 5.1.4. inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

6. PAGAMENTO

6.1. PRAZO DE PAGAMENTO

6.1.1. O objeto entregue pelo contratado será pago após a apresentação do respectivo documento fiscal, mediante depósito bancário em conta corrente. Não havendo nenhum fator impeditivo provocado pela contratada, a Contratante providenciará a emissão da ordem bancária até o 5º (quinto) dia útil após o atesto do documento fiscal pelo servidor ou equipe gestora responsável

6.2. CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO

6.2.1. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo fiscal do contrato e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras.

6.2.2. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL.

7. DA PROPOSTA

7.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

Em 21 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO DA ROCHA PADUA FILHO, Coordenador(a)**, em 22/09/2020, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0425278** e o código CRC **31BFD5FE**.

0006042-95.2020.6.08.8000

0425278v3